

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ZYLBERSZTAJN, David. David Zylbersztajn I (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 15min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP e AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**David Zylbersztajn I
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Regina da Luz Moreira; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão;

Levantamento de dados: Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 08/12/2005

Duração: 1h 15min

Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "O petróleo na sociedade brasileira", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre setembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração de um livro sobre a história do petróleo na sociedade brasileira, desde seus primórdios até a criação da ANP, no final da década de 1990, com ênfase na legislação elaborada ao longo do período. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro: "História social do petróleo no Brasil". / Regina da Luz Moreira e Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: s. e., 2005. Inédito. A escolha do entrevistado se justificou por ser ex-Diretor da ANP.

Temas: Atividade acadêmica; Atividade profissional; Conselho Nacional do Petróleo; Monopólio; Petróleo; Política; Rio de Janeiro (estado); São Paulo;

Sumário

Entrevista: 08.12.2005

Fita 1-A: a colaboração do entrevistado na formação da Agência Nacional do Petróleo (ANP); a criação da Comissão de Serviços Públicos e Energia de São Paulo; o trabalho do entrevistado na elaboração de programas de governo; comentários sobre as agências regulatórias; comentários sobre o monopólio do petróleo; comentários sobre a criação da ANP e a incorporação do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC); a experiência acadêmica do entrevistado; a atuação como secretário no governo de São Paulo; a volta ao Rio de Janeiro e o trabalho na ANP.

Fita 1-B: O trabalho e as indicações na ANP; a importância da indicação de pessoas altamente qualificadas; comentário sobre a referência brasileira nos contatos de concessão e nos modelos de licitação de petróleo; a elaboração dos contratos de concessão brasileiros; a composição da mesa na posse do entrevistado na ANP; o início dos trabalhos na ANP; comentários sobre as vantagens da ANP ser sediada no Rio de Janeiro; o papel das superintendências na ANP; a importância da indicação de pessoas capacitadas e com conhecimento na área para trabalhar na ANP.

Fita 2-A: Comentários sobre a atuação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE); comentários sobre o papel de um Estado forte; a saída do entrevistado da direção da ANP.

1ª Entrevista: 08 de dezembro de 2005

Sérgio Lamarão - Bom dia, dr. David, nós viemos aqui como eu acabei de falar para recolher seu depoimento sobre exatamente esse processo de criação da ANP, não é, essa transição do DNC para ANP e eu queria que, enfim, uma palavra do senhor e conforme for nós vamos pontuando com algumas perguntas. Nós sabemos já, de antemão, pelo seu currículo, de toda sua trajetória, professor universitário, secretário de Energia em São Paulo... enfim, toda uma bagagem nesse setor de energia, não é? E, enfim, vamos lá.

David Zylbersztajn - Tudo bem. Eu colaborei em dois momentos na formação da ANP. Um é na elaboração da lei, eu tive uma atuação mais vinculada, num primeiro momento, à questão do gás canalizado, na realidade do gás natural, onde tem o gás canalizado associado a isso. Porque na época da elaboração do projeto eu era secretário de Energia do governo de São Paulo e nos inquietava um pouco essa questão do gás natural, o que na realidade na lei é uma lei onde o gás natural tem um papel secundário, não é? Alguém já deve ter falado nisso para vocês. E eu participei de alguns debates no Congresso e tinha um contato permanente, tinha um relacionamento muito bom, tenho até hoje, com o deputado Eliseu Rezende, a gente se dava muito e já vinha de um processo de elaboração, isso na época de criação da ANEEL, que era na realidade naquele momento o que me interessava mais. A ANEEL precedeu a ANP, [discussão?] da ANEEL porque exatamente o estado tinha, além da CONGÁS que era a questão do gás canalizado, mas que não tinha nenhuma ingerência de regulação do governo federal de que o gás canalizado, pela Constituição, a concessão é do governo estadual, tanto que lá na minha época nós criamos o que funciona até hoje, eu diria que é um órgão de excelência no Brasil, de referência internacional, que é a Comissão de Serviços Públicos e Energia de São Paulo. Que tem, o papel do gás é, como eu estava falando, era referência efetivamente. Então a gente vinha trabalhando na questão da ANEEL e depois da ANP. E antes disso eu trabalhei na elaboração do programa de governo, mais, de uma maneira mais efetiva do governador Mário Covas, na época candidato Mário Covas, a gente colocou já no Programa de governo. Foi a primeira vez que se colocou formalmente a questão de um órgão regulador, não tinha nenhum programa de governo, com exceção do Governo Mário Covas tinha licença de um órgão regulador dentro de um princípio que, não... nós não sabemos se ele ia fazer ou não privatização das empresas de eletricidade, ou mesmo da CONGÁS – como acabou acontecendo

– mas a gente tinha certeza que qualquer expansão passaria pelo capital-privado. Aliás, foi uma coisa que esse governo até agora não percebeu. E é um dos gargalos hoje do investimento de infraestrutura e foi... um total [no primeiro momento desprezo?] e, até hoje a gente viu o desmantelamento da estrutura das agências reguladoras. É uma coisa muito óbvia, mas eu não sei se existe todo um lado dogmático atrás disso, mas naquele momento, na época da elaboração do Plano de Mário Covas e também participei na realidade, um pouco, da revisão do Programa do Fernando Henrique. O Fernando Henrique falava claramente em privatizações. E lá se colocava, era um papel mais, era mais cheio de nuances o processo. Porque se falava um pouco de participação mais do Estado na questão da fiscalização, se falava em órgãos reguladores e se falava em descentralização. Então começou um pouco aí esse negócio...

S.L.- Só para situar cronologicamente, nós estamos em 90 e...

D.Z.- Nós estamos em 94.

S.L.- 94, ‘tá’. O senhor participou efetivamente da elaboração do Programa de Governo do candidato Mário Covas...

D.Z.- Eu escrevi o programa de energia do Governo Mário Covas e ajudei na revisão de um programa de governo do também candidato Fernando Henrique. Mas aí foi muito mais um papel assessorio. Não é? Foi muito mais de parceria em alguns debates, muito mais de revisão da área, me passaram material... Não fui um agente muito ativo nesse processo não. Então o que se colocava naquela época, [voltando ao?] conceito de privatizações, e aí envolvia também telecomunicações principalmente, com o conceito de descentralização, você teria de ter dois níveis aí no caso de... de controle do Estado sobre os novos agentes. Porque quando eu digo “novos agentes” porque quando era o Estado para tudo, o Estado era... ele planejava, ele induzia, executava, fiscalizava, operava... quer dizer, com todas as deficiências que ele tem, ele tem até hoje, que tinha na época principalmente, hoje tem menos porque ele tem que competir com o capital-privado, era nós com nós. Então ficava estranho, não é? Por isso que você tinha o DNC no departamento... o DNAEE era departamento, então não fazia muito sentido. Agora, como uma política clara de incorporação de capital-privado necessariamente você tinha de criar um agente de estado que pudesse garantir a qualidade de serviço, a

disponibilização do serviço, o custo associado a esse serviço, enfim... Então tem todo um lado conceitual atrás desse negócio que eu acho que é isso que não foi compreendido por esse governo. E nós estamos sofrendo e vamos sofrer mais porque a gente está vendo hoje um grande gargalo nesse país que é a infraestrutura. E é na infraestrutura que os órgãos reguladores têm uma atuação mais significativa. Porque tem muita gente que [?] diz fiscalização com órgão regulador. Por exemplo: agência de cinema, agência de medicamentos... isso aí não é um órgão regulador. Muito mais um órgão de normas e fiscalização do que de regulação. Então... e outra coisa que era a criação de órgãos reguladores estaduais também. No caso da eletricidade teria que ser por delegação da ANEEL e no caso específico do gás canalizado, os estados tivessem empresas de gás, o gás canalizado, onde o Estado é o poder concedente. Para vocês terem uma ideia a CONGÁS, quando eu estava no secretariado não tinha concessão, era uma coisa que funcionava sem concessão. A [??] da Constituição e tudo. Eu assinei a primeira concessão da CONGÁS. Da minha mesa tinha uma delegação do governador, eu assinei o primeiro ato de concessão do gás canalizado da CONGÁS, fui eu que assinei, porque cabia ao Estado por delegação do governador, assinei o ato de concessão.

S.L.- Formalizar uma situação de fato.

D.Z.- Formalizar uma situação de fato. Bom. Então se começou a ter um caldo de cultura aí que também se tornou mais claro e mais agudo na questão da ANATEL, da criação da ANATEL, não é? Então você tem, pela ordem, você tem a ANATEL, ANEEL e ANP. Eram os três setores, vamos chamar, de setores de infraestrutura: telecomunicações, energia elétrica, petróleo e depois se criou... no setor de transportes terrestres, a ANTT e aquela de transportes aquaviários, [ri] que tem uma história curiosa, virou aquaviários porque a bancada do Rio de Janeiro queria que essa agência ficasse no Rio. Então como Brasília [??] num acordo do tipo “Olha, como Brasília não tem mar e nem tem rio navegável, então vamos botar o aquaviário no Rio de Janeiro”. Aí fizeram o acordo para fazerem duas agências e na hora da votação romperam o acordo e as duas ficaram em São Paulo. [risos]

S.L.- É em São Paulo, é?

D.Z.- É. Não! Em Brasília. Em Brasília! Então é uma coisa, foi essa história. Por isso tem duas agências, na minha opinião desnecessariamente, mas é que aquele foi um artifício para atender à bancada do Rio de Janeiro, atender à criação do órgão, só que na hora, o último ponto do acordo não foi cumprido, ficou tudo em Brasília. Bom. Agora tem a ANAC que também está no forno, foi criada, mas não vai funcionar por enquanto...

S.L.- A ANAC é o quê?

D.Z.- Aviação Civil.

S.L.- Ah, 'tá'. Que substituiria o DAC?

D.Z.- O DAC.

S.L.- Substituiria.

D.Z.- Substituiria. Porque você tem um agora, você tem um limbo. Porque ela deveria estar começando a operar agora no início do ano só que não tem orçamento.

S.L.- Agora, todas essas agências continuam ligadas aos Ministérios. Não é?

D.Z.- Isso a gente chega lá. Então... você criou aí... um conjunto novo, uma mentalidade nova que é uma mentalidade que não foi inventada aqui, ela é muito anglo-saxônica principalmente... você tem órgãos reguladores importantes no Canadá, nos Estados Unidos... isso há um século!

S.L.- Pois é, isso que eu queria saber. É uma experiência muito antiga já.

D.Z.- Há um século! A... a Lei de [inaudível] [que importamos] dos Estados Unidos é de 1910.

S.L.- Aquela que partilhou a Standard Oil, não é?

D.Z.- A Standard Oil e tal... e por aí vai. Você tem o [?], você tem... que é quem regula as agências, você tem... a união, uma união de agências... enfim, nos Estados Unidos tem setores complexos. Isso está sendo criado dentro da União Europeia, que as normas, as diretrizes da União Europeia impõem a concorrência progressiva... isso você está começando... até em países como a França, que é um país-estado, você está começando...

S.L.- Na União Europeia eram agências supra-regionais.

D.Z.- Supranacionais e nacionais também, não é? Porque você tem que regular a própria empresa nacional, mas você tem um conceito supranacional que impõe a organização institucional dentro de cada país para que seja compatível entre eles. Então é um movimento inexorável! Então tem todo esse caldo de cultura aí. Quando a ANATEL começou, a ANATEL foi logo proporcionando um processo de privatização, até o Serjão na época falava que poderia acabar com o Ministério...

S.L.- Sérgio Mota.

D.Z.- Sérgio Mota. O que no caso, eu diria que no caso telecomunicações isso é possível... É possível você ter uma agência, um órgão de fomento, alguma coisa... mas a ANATEL dá conta. Porque você tem um setor altamente [concorrencial]. Um setor onde você, a própria estrutura do estado não consegue acompanhar a evolução do setor. Você precisa muito forte um órgão de regulação nesse processo, muito mais porque você não pode nunca imaginar que o estado vai fazer mais investimento em telecomunicações. Isso é uma coisa, chega a ser patético. O estado não tem agilidade e velocidade para competir nesse setor. Então, em tese, você não precisaria. O que não é verdade na área de energia, não é verdade na área de petróleo... enfim. Mas de qualquer maneira você tem claramente um esvaziamento para o Ministério. Não tenha dúvida! E aí o que é que acontece nesse processo? A ANP entra na esteira dessa história aí. É a quebra do monopólio do petróleo, na realidade quebrou o monopólio de execução da Petrobrás, vocês têm clareza disso. Foi uma coisa difícil para muitas pessoas entenderem e tem outras que não querem entender até hoje. O monopólio ainda é da União.

S.L.- Como um poder [inaudível].

D.Z.- Não, porque o monopólio, ele é da união e ele pode ser concedido a outros, que até a Constituição de 88 é por lei da Petrobrás, depois foi constitucionalizado em 88, piorou... e depois na emenda lá da Constituição de 95, [inaudível] de 95, depois voltou à União só que a Petrobrás não era mais exclusiva no processo. E tem uma história engraçada, não sei se vocês viram isso. A Esquerda teoricamente é contra, era contra a abertura. Deve ser a favor hoje, tanto que o diretor geral da Agência é do Partido Comunista. Então eu acho, eu suponho que seja a favor, não é? Tenha feito *mea culpa*. O secretário de Energia aqui do Rio, que é meu amigo, [falam juntos] [inaudível] do PCdoB, ele diz assim: “Quero fazer o *mea culpa*! Quer dizer, eu fui contra a quebra do monopólio, eu quero dizer que foi uma coisa muito positiva e tal...” Bom. Acho que ele é contra, a Direita, em tese, é a favor. Quando o Getúlio mandou um projeto de criação de uma empresa estatal, no caso a Petrobrás, ele não previu o monopólio. O Getúlio... está tudo bem, eu acho que naquele momento se fazia... na minha opinião, fazia todo o sentido você criar uma empresa estatal de petróleo [inaudível] você não tinha interesse de outros, apesar de o Monteiro Lobato ter sido perseguido, ter sido preso por causa dessa questão. Ele fez a primeira sociedade por cotas de ações e por participações em petróleo, faliu evidentemente, mas foi extremamente escorraçado pelo Estado. O Estado não queria... O Monteiro Lobato é meio o Barão de Mauá, mais recente, ao contrário do setor financeiro industrial, no setor de petróleo. [inaudível]

S.L.- E menos bem-sucedido também, não é?

D.Z.- E menos bem-sucedido, claro. É, ele era, não era tão bom empresário, era... Aí o Getúlio mandou o projeto e não previa o monopólio. Isso inquietava um pouco os militares e aí a Direita – não me lembro o nome do deputado – para ficar, para agradar aos militares e espicaçar Getúlio, propôs o monopólio.

S.L.- A UDN, o Bilac Pinto.

D.Z.- Bilac Pinto. Então é uma coisa curiosa, você vê que hoje quem hoje evoca o Getúlio contra [inaudível] pela cota [inaudível]... ninguém é contra a Petrobrás. Isso é um outro discurso que em nenhum momento – apesar de vocês podem ter ouvido em algum lugar aí –

em nenhum momento não existiu uma linha de uma pessoa sequer do governo que tivesse alçada para dizer isso, se preconizou ou se propôs a privatização da Petrobrás. Nenhum, nenhum! Não tem uma declaração que seja! Então a história é curiosa porque alguém... a Esquerda propôs uma empresa, um não monopólio e a Direita impôs o monopólio. Quer dizer, isso a 40, 50 anos atrás. Então começa de uma maneira diferente do que as pessoas veem hoje, não é? Porque esquecem, não sabem ou não conhecem. Então o que se fez na realidade foi recuperar o projeto de Getúlio. Ou seja, o chamado “governo neoliberal do Fernando Henrique”, ele refez o projeto original do nacionalista-trabalhista de Esquerda Getúlio Vargas. Quer dizer, então é uma história, pode parecer sul-realista, mas no fundo é isso, não é? No fundo o que aconteceu, nós voltamos à Era Getúlio. Também não quero dizer que era o fim a Era Getúlio, depois [risos] [falam juntos] depois é uma história interessante, não é? Então... e aí tem essa situação toda, a ANP é criada, herda o... CNP...

S.L.- O DNC, não é?

D.Z.- DNC, aliás. O CNP foi Fernando Collor, não é? Herda o DNC e eu diria que não é nem uma, que é uma herança maldita, essa sim é aquela que você herda uma fazenda da sua avó que só tem contingências, ações trabalhistas, dívidas... e tem que pagar, pagar os impostos e tal, que não serve para nada, não é, e essa foi [inaudível] com essa herança. Tanto que, salvo engano, nos grandes países você não tem uma agência que trata do poço ao posto. Você tem *downstream*, *upstream*, que são completamente, normalmente são separados. São atividades completamente diferentes. Completamente diferentes. Os agentes são completamente diferentes. A maneira de regular é completamente diferente, você não tem nenhuma vinculação institucional, operacional, entre *downstream* e *upstream*. Se você pensar bem na questão da exploração. Você não tem. Então o correto eventualmente seria na parte de distribuição estar muito mais ligada a um órgão de defesa da concorrência do que um órgão de petróleo dessa lei.

S.L.- Quer dizer, um órgão de defesa da concorrência em geral.

D.Z.- Em geral. Em geral.

S.L.- Em geral, não é?

D.Z.- Eu acho que com essa ideia, o CAD...

S.L.- É, eu estava pensando no CAD.

D.Z.- ...na minha opinião funcionaria [inaudível]. Claro que você tem a questão da qualidade, questões vinculadas a especificações, mas isso você também pode ter como você tem o Inmetro, você tem institutos... isso é muito mais metrologia, especificações, etc., que não precisam também, você pode fazer num órgão que já existe hoje.

S.L.- Sua proposta então na discussão para a criação da Agência...

D.Z.- Não, na época eu não propus isso.

S.L.- Não propôs, está dizendo hoje. [risos]

D.L.- Não, não! Isso aí eu estou dizendo hoje, na prática, o que... não, porque não dava para você imaginar na lei o que é que estava acontecendo. Aquela lei foi feita é uma coisa absolutamente nova no Brasil. A lei tem algumas distorções que de dentro da minha opinião poderiam ser corrigidas, não com o projeto que está aí, o projeto que está aí é uma maluquice sem tamanho, é muito mais uma necessidade de afirmação e política do que um conselho técnico, esse projeto que fizeram aí. Então a lei tem coisa para ser corrigida, eu vou te dar um exemplo que não tem nada a ver com opinião, ela dedica 40% da participação especial para estudos geológicos, geofísicos. Só que não dava na época para fazer uma conta de quando dava isso. Quando eu me vi no primeiro ano, eu estava com 1 bilhão de reais em caixa. Se a gente conseguisse licitar, organizar, todos os projetos, a gente chegaria assim no máximo a 200 milhões. E é um dinheiro que não volta para o Tesouro, ele fica preso porque ele é um dinheiro carimbado, não pode ter outra destinação. No segundo ano vieram 2 bilhões e meio porque começou a haver aumento de produção, aumento o preço de petróleo. Então... não é que é um erro, seria uma constatação que depois se muda, enfim.

S.L.- Foi esse que caiu para 28%?

D.Z.- Não sei se caiu agora, mas, enfim, talvez. Acho que tiraram uma parte para fazer a [inaudível] do setor elétrico e tal. Por exemplo, a lei tem falhas do tipo: você é sabatinado no Senado, mas depois que você entra não tem que prestar contas para ninguém. E aí entra um outro problema que você estava falando da vinculação com o Ministério. Por uma questão da formação do Estado Brasileiro você precisa ter uma vinculação no Ministério. Então no âmbito administrativo a decisão da ANP é terminativa. Mas você depende do Ministério para liberação de verbas, você depende do Ministério da administração para cargos e salários... Então há, se o governo quiser te garrotear, garroteia mesmo, que é o que está fazendo agora. Não sei se de propósito para contar a agência ou por uma questão de contingenciamento de recursos, ou as duas coisas, não é, é o que está acontecendo agora. [Inaudível] acontecer também, mas muito menos. Eu nunca deixei de fazer nada por causa disso. Negociava, ia lá e tal, mas acabava fazendo. Então o processo de criação da Agência foi uma coisa interessante porque... eu trabalhei nesse projeto, nunca passou pela minha cabeça ir para a Agência.

S.L.- É, que a sua trajetória, além de... a sua participação como homem público, digamos assim, foi em São Paulo.

D.Z.- Foi em São Paulo como secretário...

S.L.- Antes disso, paralelamente a isso, foi uma experiência acadêmica, não é?

D.Z.- É. Minha vida toda é acadêmica, minha origem profissional é acadêmica. Unicamp, PUC, depois fui fazer o meu doutorado, passei um tempinho dando aula fora, voltei para à Unicamp, PUC... aí quando eu abandonei, fui abandonando progressivamente, ainda tenho vínculo, eu sou professor aqui da PUC. E aí...

S.L.- Está em turma ou está licenciado na PUC?

D.Z.- Na PUC não, na PUC eu não estou dando aula. Estou dando na realidade, a gente tem o Instituto de Energia da PUC. Está em processo de formação. Então é muito mais um processo

conceitual de estruturação de cursos, etc., lá na frente vamos ver como é que a coisa anda. Mas então quando eu fui para Secretaria a gente montou todo o processo de privatização... a privatização foi necessária por um motivo muito simples: se não privatizasse quebrava o setor. O setor já era tecnicamente quebrado, para sair para privatização foi um processo muito bem-sucedido, não só pagou as dívidas do setor, mas ajudou no equilíbrio do Estado... O esforço fiscal no Governo Covas ficou reconhecido como o primeiro grande esforço fiscal desse país, não é? Tanto que hoje o Estado de São Paulo está nadando de braçada. Está nadando de braçada. Se você comparar com o Rio de Janeiro aqui, nós aqui no Rio estamos pobres e estaremos cada vez mais pobres. Aliás, somos pobres com chances de ascender ao ramo dos ricos. Nós somos pobres caminhando para a miserabilidade, na minha opinião. Um dos motivos é o petróleo. Porque a gente acha, tem a falsa ilusão, de que nós somos ricos, na realidade nós temos uma riqueza mal aproveitada e que vai acabar daqui a 10 anos, a gente não vai ter mais. Nós não usamos o nosso *royalty*, por exemplo, os nossos... esse [inaudível] a gente não usa para mais nada que seja para uma economia reprodutiva. Não existe um planejamento como eu acho que deveria ter um fundo específico para dizer: “Olha... – para a sociedade [inaudível] – está entrando tanto. Nós vamos aplicar em tais setores industriais, tais setores de serviço, para tais investimentos...” Aí sim, você gera empregos de uma maneira contínua, você gera perpetuidade no processo, e reprodução do processo. Vocês são... vocês conhecem isso melhor do que eu. Então um desastre que vem no final, se bobear, o petróleo vai ser uma grande armadilha para o Estado do Rio de Janeiro. Não é o foco do que a gente está falando aqui, mas, enfim. Eu acho que nós estamos construindo, sabe, a nossa armadilha e botando os cadeados assim e daqui a pouco a gente vai ver o que isso vai significar. Infelizmente. Mas... então, eu no final de... meados de... dezembro de 97, início de dezembro de 97, eu fui sondado pelo Clóvis Carvalho...

S.L.- Que era da Casa Civil, não é?

D.Z.- É, ministro-chefe da Casa Civil. O que é que eu achava da ANP. Eu disse: “Olha, é interessante, agora, vocês estão atrasados...” Porque ela tinha o prazo legal...

S.L.- Porque a Lei do Petróleo é julho de 97, não é isso?

D.Z.- Julho de 97. Ela tinha um prazo legal... não, agosto, agosto!

S.L.- Agosto.

D.Z.- Tinha um prazo legal de fevereiro. Não, de janeiro!

S.L.- De 98.

D.Z.- 98. E mais ainda, tinha alguns prazos legais que venciam em fevereiro de 99. É o que vai acontecer na ANAC agora, viu? Isso eu não sei, está sendo criado um impasse porque não foi ninguém nomeado ainda, nem indicado, sequer indicado. Vai ter que passar por sabatina e tal, vai ter que acontecer daqui a quinze, dez dias vai ter um recesso no Senado, não dá mais tempo...

Regina Luz- Ninguém mais faz nada.

S.L.- É.

D.Z.- Não, nem dá. Se você hoje enviar já, acho que já não dá mais tempo de você marcar uma sabatina, [inaudível]...

S.L.- Ser para esse ano ainda, não é?

D.Z.- Bom, e aí eu tinha um mês para tocar o barco. Peguei algumas pessoas... Ah, e outra coisa, tinha que ser secreto! Isso criou um certo estresse para o Mário Covas na época porque...

S.L.- Você ainda era... o senhor ainda era secretário...?

D.Z.- Eu ainda era secretário. Eu fui... minha demissão, no mesmo dia que saiu a minha exoneração... dia 15 de janeiro saiu a minha exoneração como secretário no Diário oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial da União saiu a minha nomeação.

S.L.- No mesmo dia.

D.Z.- No mesmo dia. No mesmo dia. Eu não tive sequer um dia de férias. Não deu nem aquela defasagem assim: no dia seguinte, depois pensa aí... Não, saiu...

R.L.- Emenda com um feriado...

D.Z.- Não, imagina! No dia 15 saiu a minha... Porque o Covas, na realidade, ele foi, o Covas, ele era uma pessoa tão generosa que ele disse: “Qual é o teu prazo?” No dia 14 tinha uma inauguração de uma hidroelétrica, eu trabalhei muito para aquilo acontecer... ele disse: “Olha, você vai comigo, o teu nome tem que aparecer na placa”. Aí fizemos a inauguração no dia 14. Aí no dia 15 saiu a minha exoneração e saiu a minha nomeação no Diário Oficial...

S.L.- Isso não tinha vazado para a imprensa ou já tinha vazado?

D.Z.- Não, só vazou para a imprensa no dia... Nós fizemos de propósito. Eu já estava trabalhando há quase um mês... [telefone] Só um instantinho.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

D.Z. – Pronto.

S.L.- Você estava inaugurando uma hidroelétrica... o negócio da imprensa que eu perguntei para você.

D.Z.- É. Aí vazou no dia 31 de dezembro. No momento da assinatura do orçamento do ano seguinte foi a primeira vez, depois de muitos anos, onde o presidente da República assinou o orçamento no ano anterior à execução do orçamento. Foi no dia 31, tudo bem, mas foi uma coisa simbólica e tal. Teve uma assinatura na Base Aérea aqui, na Base Aérea não, no 3º Comando da Aeronáutica, no 3º COMAR, o Fernando Henrique estava passando o Ano Novo na restinga de Marambaia, pegou o helicóptero foi no 3º COMAR, assinou e nesse momento o Raimundo Brito estava lá.

S.L.- O ministro.

D.Z.- Ministro. E anunciou. Foi uma coisa que a gente combinou... de anunciar... O Covas ficou uma fera com essa história porque ele não tinha sido consultado antes. Tentou me convencer de todas as maneiras a não sair... Engraçado ele me dizendo: “Olha, eu não vou nem... eu quero te dizer uma coisa, não vou dizer que eu estou te indicando não porque eu não quero que você saia”. Então, vamos dizer, “Você está saindo por que você quer, porque por mim...” ele falava assim o tempo todo. Mas, enfim, eu disse: “Olha, governador, isso aqui é um desafio novo e tal... Então eu acho que está na hora, eu estou querendo voltar para o Rio...” Eu sou carioca de origem, não é? Para mim era uma oportunidade importante voltar para o Rio. Era uma coisa arriscada também porque o meu mandato era de três anos. No primeiro mandato [inaudível] uma coincidência é que eu tinha 98, 99 e 2000.

S.L.- Tudo previsto na lei...

D.Z.- Tudo previsto na lei. 1º mandato: três anos, depois todos os mandatos seguintes: quatro. Hoje... o 1º era relativamente defasado para não haver coincidências depois de você tirar todo time e tal. E eu também tive um certo risco porquê... a eleição foi em 98, eu poderia ter ficado mais um pouquíssimo tempo se o Fernando Henrique não tivesse sido reeleito presidente, poderia ter me destituído, não me reconduzir. Mas, então eu vim, fui formalmente indicado, vim para o Rio. Nesse meio tempo eu trabalhei muito com um pessoal já do DNC, algumas pessoas do DNC...

S.L.- Era isso que eu ia perguntar para o senhor. Essa transição, não é?

D.Z.- A transição, eu trabalhei... o Raimundo Brito já vinha trabalhando nessa história, porque a lei já tinha sido aprovada em agosto, então ele já vinha trabalhando com o pessoal do DNC...

S.L.- O DNC entrou em cena após a aprovação da lei.

D.Z.- Após a aprovação da lei. Algumas pessoas do DNC com quem... o diretor do DNC era o Ricardo Pinheiro que tinha naturais intenções de virar o diretor-geral, o que é muito comum. Trabalhou muito com essa hipótese. Agora, o Ricardo é uma pessoa extremamente correta, muito... hoje está no BID. De uma competência técnica muito grande também...

S.L.- Ele é engenheiro?

D.Z.- Ricardo, acho que é engenheiro.

S.L.- É mineiro, parece, não é?

D.Z.- Não tenho certeza. Mas, enfim. Ele era o diretor do DNC naquela época. E então o Ricardo montou um time muito pequeno e combinamos, Raimundo Brito e eu, ele indicaria duas pessoas e eu indicaria duas além de mim.

S.L.- Ele quem? Ele...

D.Z.- Ele, Raimundo Brito.

S.L.- Ele, Raimundo.

D.Z.- Então ele indicou o Ricardo como diretor, indicou o Giovanni Toniatti, que na época era o secretário de Minas, Departamento Nacional de Produção Mineral.

S.L.- DNPM.

D.Z.- DNPM. Eram os dois departamentos, um tratava de petróleo e gás, outro tratava de mineração. E eu encaminhei dois nomes: o que tinha sido diretor de uma das empresas do estado de São Paulo, mais para a parte de [inaudível] [iniciativo] financeiro, Julio Colombi; e o Elói Fernando Fernandes que na época era o secretário de Ciência e Tecnologia do Marcelo Alencar.

S.L.- Marcelo Alencar.

D.Z.- A quem eu consultei antes e na frente do Marcelo eu liguei para o Elói convidando... aí ele disse: “Eu preciso falar com o governador...” Eu disse: “Eu já estou com o governador aqui. Você está liberado se você quiser”. E essa foi a primeira diretoria da agência, diga-se de passagem, aliás, durante o meu período todo eu fiquei na Agência durante quase... eu sentei em janeiro de 98... 99, 2000, 2001... fiquei 4 anos e... 4 anos, praticamente, porque eu entrei em 98, saí em final de 2001.

S.L.- É, o senhor completaria 4 anos em janeiro de 2002, não é?

D.Z.- Em janeiro de 2002. Isso. [Inaudível] 2000... 2000... É, é isso. Não...

S.L.- Não, o senhor foi além dos 4 anos.

D.Z.- Fui além dos 4 anos.

S.L.- Aí seria o quinto ano...

[FINAL DA FITA 1 - A]

D.Z.- ...2001, 2001 para 2002... é, 4 anos e o Sebastião completou.

S.L.- É, então houve uma recondução.

D.Z.- Houve uma recondução minha.

S.L.- Que o senhor não completou.

D.Z.- Não completei. Fiz o primeiro ano só.

S.L.- Só uma questão. O senhor falou assim: “Ah, um outro motivo também de eu ter aberto mão da secretaria de São Paulo, eu queria voltar para o Rio...” mas o DNC era em Brasília, o CNP era em Brasília... essa questão de onde estaria...

D.Z.- Isso está na lei.

S.L.- Desde a lei que ficou.

D.Z.- Não tinha ingerência nenhuma.

S.L.- E ficou claro que seria no Rio...

D.Z.- Foi um dos motivos inclusive que me motivaram a ir para a ANP foi ser no Rio. Se fosse em Brasília...

S.L.- Muito a questão da produção da Bacia de Campos, Petrobrás...

D.Z.- Não, olha, eu na época até dava declarações de que achava que a ANP tinha que ser em São Paulo. Aí me cobraram muito isso na época e aí eu disse... – foi engraçado – “Você não achava isso?” “Achava”. “E agora?” “Agora eu não acho mais”. [Risos] Mudei de ideia. Bom. Foi uma das coisas que me fizeram aceitar porque Brasília dificilmente eu aceitaria. Teria ficado feliz lá na Secretaria com o Covas, com quem eu me dava muito bem, tinha uma imensa admiração por Covas... Então eu vim para cá, a gente tinha mais ou menos uma estrutura que era parecida com a da ANEEL, estrutura organizacional... Eram dois níveis essencialmente de decisão: a diretoria e o superintendente, como é até hoje. Uma coisa que ficou, foi muito importante, e aí eu atribuo, dou um valor muito grande ao Raimundo Brito nessa história, eu não tive uma indicação política sequer, nenhuma! Nenhuma, nenhuma, nenhuma..! Sequer para superintendência...

S.L.- Qualquer escalão.

D.Z.- Qualquer um. Qualquer um. O que fez da agência, eu diria, um órgão de excelência na administração pública. Não houve uma indicação política. Das superintendências, já uma parte naquele momento significativo, tinha, os superintendentes tinham doutorado. Se vocês pegarem a superintendência naquela época – eu não sei como é que está hoje – mas boa parte deles eram doutores. Então eram pessoas, em suas áreas, de valor inquestionável. Mesmo na diretoria daquele momento eu e o Elói, nós já tínhamos dois doutores naquele momento. O que também não é normal. Quando saiu o Ricardo, o Ricardo foi ser diretor do BID, eu indiquei... Aí eu fiquei com, não que eu fiquei com as indicações, eu indiquei mais uma pessoa. Então dos cinco, quatro eram... vamos dizer, eu e mais três pessoas que eu tinha levado para lá. Esse novo diretor é um outro PHD...

S.L.- Quem é a pessoa?

D.Z.- O Horta.

S.L.- Da COPPE? Não.

D.Z.- Não, Itajubá.

S.L.- Ah, 'tá'. [inaudível].

D.Z.- João Luis Horta Nogueira. Que é uma pessoa extremamente reputada no setor... enfim, milhões de trabalhos publicados, etc. Então coloquei o Horta que era mais um oriundo do meio universitário... Que uma coisa que eu apreendi em São Paulo também é o seguinte, também em São Paulo tem muita gente com nível universitário que é o seguinte: alguém que tenha uma formação muito qualificada tem grandes chances de virar um bom administrador. Então você tem o conceito e a boa administração. Agora, claramente você pode ter um excelente administrador que ele jamais vai ter o conceito.

S.L.- A recíproca não é verdadeira.

D.Z.- Mas em hipótese nenhuma! Porque na administração você tem um lado muito, você estuda, você aprende, você vai no dia-a-dia... Eu quando fui, eu fui presidente dos Conselhos de Administração... – saindo da universidade! – Virei presidente do Conselho de Administração da CESP, que é a maior empresa geradora de energia do país e da Eletropaulo que era a maior empresa de distribuição de energia do país e da CONGÁS que era a maior empresa de gás do país e da [CPFE] que é uma das três maiores empresas do país. Eu fui ser presidente do Conselho de Administração e não sabia nada! Eu fui, eu... e é aquela história do... da formação acadêmica, você... eu brincava com os meus alunos quando que quando você vira doutor, depois de 10 anos de doutorado você é capaz de aprender qualquer coisa, você tem que ser treinado para aprender qualquer coisa no prazo de uma semana. Biologia Molecular, Astronomia, o que seja, sabe? Você vai e estuda. E foi o que eu fiz, não é? E foi uma coisa que eu pus em prática lá em São Paulo, eu fui [inaudível] sabia como é que funcionava. Aí o que aconteceu foi o seguinte: boa parte dos presidentes dos Conselhos não conheciam a lei. Aí um sujeito dizia assim: “Não, porque o Conselho...” Eu dizia: “Não, a atribuição do Conselho é essa, essa, essa. Aqui: artigo 224 da Lei tal. Olha aqui!” Aí você vai pegando traquejo na prática e isso funciona com raras exceções, a maior parte dessas pessoas que tinham uma formação... muito qualificada, foram muito bons administradores também. Em compensação eu tinha pessoas que tinham um passado de bons administradores que não conseguiam acompanhar. Porque você, a gente incorporava conceitos – que isso foi uma coisa que eu também aprendi na prática – que quanto mais conceito você incorpora às coisas que você faz, mais fácil as coisas lá na frente caminham e têm chance de dar certo. É uma coisa meio óbvia! Então quando eu saí da ANP, eu posso estar enganado nos números exatos, mas em termos de ordem de grandeza a gente tinha uns 50 mestres e uns 20 doutores na Agência. O que é mais do que qualquer centro de pesquisa hoje na área de energia. Talvez você tenha no CENPS evidentemente, mas tirando o CENPS, que é focado nisso, você não tem na universidade nenhum grupo com essa quantidade de gente.

S.L.- Com titulação.

D.Z.- Na administração pública então, imagina, não estou falando dos institutos de pesquisa. Estou falando do INPE, estou falando do IBEA... estou falando num órgão que é uma autarquia. Não tem! Então muito eu atribuo, na minha opinião, ao que a Agência conseguiu avançar

porque eu tinha que em fevereiro qualificar toda a parte de dutos, menos de um mês depois de a Agência... está na lei! Eu tinha que em agosto, ninguém acreditava, ou seja, no prazo de depois de um ano da lei, eu ia ter de assinar os contratos de concessão com a Petrobrás. Nós nunca tínhamos visto um contrato de concessão!

S.L.- Aquela rodada [zero].

D.Z.- Rodada zero. Nós nunca tínhamos visto um contrato de concessão, ninguém! O que eu recebi de ofertas de empresas estrangeiras, de grupos estrangeiros... “Nós podemos ajudar e tal...” “Não, não, não”. Olha, eu vou dizer para vocês, não sei se vocês devem ter visto isso. Nosso contrato de concessão hoje é um dos melhores contratos de concessão no mundo. O contrato de concessão brasileiro está entre os melhores contratos de concessão no mundo. Então nós assinamos em agosto de 98, assinamos 400 contratos de concessão, o que me deu uma tendinite porque eu assinei tudo em três vias... então foram 1300, quase 1300 contratos...

R.L.- Sem falar de rubricar página por página.

D.Z.- É, pois é. Foram 1300 assinaturas. Então... foram os primeiros contratos de concessão da história do Brasil, não é? E em junho de 98, de 99, nós fizemos a primeira [base] de licitação de petróleo. Quer dizer, é muito pouco tempo! E hoje também o modelo – eu não estou falando também, falar de agora não, porque hoje continuam assim – hoje o melhor modelo de licitação de [inaudível] petróleo é do Brasil. Em termos tecnológicos, em termos de transparência, de qualificação, de informações... é o melhor modelo de licitações do mundo. É inquestionável, você vai em países africanos, você tem que negociar lá com o presidente, com um ministro e tal, um grau de corrupção brutal... Você vai nos países do Mar do Norte e você negocia com o ministro que não... não diz, mas tem um poder enorme governo, não é? Estados Unidos é uma coisa que fica ali no meio termo, não é?...

S.L.- Mas esse modelo, esse modelo nacional... ele é posterior a algumas experiências estrangeiras.

D.Z.- Ah, não, nós usamos muito...!

S.L.- Pois é, eu gostaria que o senhor falasse um pouco... o que é que já existia antes do modelo brasileiro.

D.Z.- Olha, nós usamos muito... olha, também isso é outra coisa, eu, por exemplo, quando eu fiz o modelo elétrico lá de São Paulo... claro, o que eu dizia era o seguinte: “Olha aqui, não precisamos fazer exatamente...”

S.L.- Inventar a roda, não é?

D.Z.- ...o que a gente tem que ver é onde eles erraram e por que eles erraram”. Ou seja, se a gente for cometer algum erro, vamos cometer o nosso. Vamos criar o nosso erro, não é, mas não fazer ou cometer a burrice de cometer o mesmo. Então vamos ter os nossos próprios erros. E funcionou muito, foi a mesma coisa que eu fiz na ANP. A mesma coisa que eu fiz na ANP! Eu disse: “Olha, vamos analisar os contratos de concessão, tem que ver à luz brasileira, à luz da legislação brasileira, da Constituição Brasileira... Então nós trabalhamos muito com advogados brasileiros e advogados americanos principalmente. Fizemos seminários técnico-jurídicos, etc., que estão sendo até contestados hoje pelo [inaudível] contratação... Isso vai ser superado, mas é o único processo que eu tenho da ANP até hoje. Foi isso aí.

S.L.- Porque esses advogados estrangeiros... Os advogados em geral, eles eram contratados e...

D.Z.- Não, a gente tinha que ter os melhores do mundo! A gente ia para Houston, pegar os melhores escritórios que tinham lá...

S.L.- Grandes escritórios de advocacia...

D.Z.- Escritórios de advocacia especializados nessa área. E a gente... mas a última, a última definição sempre era nossa. Tanto que o nosso contrato não é igual, não tem... na realidade o que tem de igual é sim a [*best practice*]. O mercado de petróleo talvez tenha sido o primeiro mercado globalizado do mundo, desde o final do século XIX. Então não adianta você querer inventar a roda, quanto mais você estiver próximo do que é, a prática no Golfo do México, na

Nigéria, no Mar do Norte ou na Arábia Saudita, mais, fica mais fácil para o investidor entender, fica mais fácil para você se relacionar. Além do que é esse o mercado.

S.L.- Mas os países do Oriente Médio têm esse...?

D.Z.- Não.

S.L.- Não. Líbia também não tem...?

D.Z.- Não.

S.L.- Onde é que existe esse modelo em linhas gerais?

D.Z.- Igual, exatamente igual ao nosso, em nenhum lugar.

S.L.- Não, mas onde existe essa preocupação, onde existe essa sistemática.

D.Z.- Olha, essencialmente no Mar do Norte e nos Estados Unidos. Só que os Estados Unidos é mais fácil você ter uma interferência grande dos estados.

S.L.- Dos governos estaduais.

D.Z.- Dos governos estaduais. Então não é a mesma coisa. E na Europa você tem, mas fica ligado... Por exemplo, na Inglaterra fica ligado ao Departamento de Comércio.

S.L.- Mar do Norte é Inglaterra e Noruega.

D.L.- É. Inglaterra e Noruega... é, essencialmente.

S.L.- Tem algum outro país que explora petróleo no Mar do Norte?

D.Z.- Tem, sem contar o Reino Unido, não é?

S.L.- Sim, sim. Eu estou falando: Escócia...

D.Z.- É, Reino Unido, isso.

S.L.- Reino Unido e Noruega, não é?

D.Z.- Aliás, uma história curiosa na Noruega, você veja – fazendo um parênteses aqui no Rio de Janeiro – a Noruega era o patinho feio da Europa, da Escandinávia, era o lixo da Suécia. Há menos de 100 anos! Era o lixo da Suécia! A Noruega era um país miserável, jogado de lado... teve a sua independência da Suécia, não tinha rei, arrumaram um rei lá sueco por um tempo... que depois ficou e tal... tem uma dinastia de origem sueca porque não tinha ninguém para colocar lá, ninguém queria ir para lá! E 100 anos depois é a Noruega! Claro, tem uma população de 5 milhões de habitantes, tem um fundo... eles já têm tudo pronto. Eles têm um fundo hoje de 90 bilhões de dólares de excedentes que eles deixam para as gerações futuras. Então... e ninguém precisa de dinheiro para nada, não é?

S.L.- É um grande exportador, não, é?

D.Z.- Ninguém precisa de dinheiro no bolso lá. A economia tem toda uma dinâmica própria que as pessoas dizem assim: “Olha, eu não preciso mais gastar dinheiro para educação, para saúde...” essencialmente mais nada! Então não vai ganhar pouco, por exemplo, não é? Então, mas enfim, isso que me dá pena aqui no Rio de Janeiro, como a gente está deixando passar oportunidade única, não teremos outra. Não teremos outra. Então... o nosso contrato de concessão... tanto que [faz sempre?] a gente fez esse seminário técnico-jurídico, do tipo assim, olha, dois meses antes da licitação, aí tinha um telão com o Fernando Henrique falando do empenho do governo para os países estrangeiros, para os investidores estrangeiros isso é super importante, o governo dizer “Olha, não quero...”

S.L.- Para a credibilidade, não é?

D.Z.- ...estou dando força nisso aí e tal...” A primeira licitação foi um sucesso. Foi um sucesso porque, é aquela história, você dando regras claras, sendo transparentes, bem definidas, ou seja,... e quando se tornar transparente todo mundo sabe, está [atirando] para todo mundo, bem definida que não deixe margem a dúvidas... que sejam duradouras... Porque eles acreditam que aquilo ali não vai ser alterado no contrato a não ser numa ação bilateral. O contrato muda ao longo do tempo. Ainda mais um contrato de petróleo, de 30 anos e tal. Então essas condições fazem com que se a pessoa confia num país, [por isso] mesmo que o presidente é importante, ou então ele diz que é aquilo mesmo e tal, que [inaudível], o pessoal vem. O pessoal vem. Então... e se acreditava muito...

S.L.- Essa foi a rodada zero? Não, essa aí já foi...

D.Z.- Não.

S.L.- ...já foi a rodada um, não é?

S.L. e R.L.- A zero foi só da Petrobrás.

D.Z.- A zero foi só da Petrobrás. Eram os blocos que a Petrobrás quis devolver uma parte, que uma parte ficava com ela, então ela tinha a parte dela e tinha o contrato de concessão. Bom, e naquela época houve um prestígio muito grande na criação da ANP. Para vocês terem uma ideia, na minha posse – até outro dia eu vi uma foto – estava presente o vice-presidente da República, o presidente do Senado que na época era o Antonio Carlos Magalhães; ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho; ministro de Minas e Energia; presidente da Câmara, Luis Eduardo Magalhães... aliás, ACM não era o presidente da Câmara não, Luis Eduardo era presidente da Câmara...

S.L.- Talvez fosse o Sarney mesmo, hein?

D.Z.- Não me lembro quem era.

S.L.- De repente era o Sarney.

D.Z.- Ah, e uma coisa que chocou e todo mundo fez um comentário na época, é que eu vetei, não foi por uma questão pessoal não, ele sabe disso, eu vetei a presença do presidente do Petrobrás na mesa. Até mesmo para dizer: “Olha aqui, acabou!”

S.L.- Isso provocou um...

D.Z.- Provocou, falaram à beça!

S.L.- Quem era? Você se lembra?

D.Z.- Era o Rennó.

S.L.- Que já estava...

D.Z.- Ficou sentado na plateia. Não, o Rennó ficou dois anos.

S.L.- O Rennó foi o presidente da Petrobrás que ficou mais tempo no cargo!

D.Z.- Mais tempo, mais tempo! E era um sujeito forte!

S.L.- Muito forte. Com muita...

D.Z.- Eu digo: “Não, não vai para a mesa não. Então eu vou chamar o presidente da Shell, da Esso, de qualquer outra empresa que venha até aqui.

R.L.- Até mesmo para o mercado externo, não é, era uma coisa importante que ele não estivesse na mesa.

D.Z.- Mas olha, foi uma coisa assim: “Mas como, o presidente da Petrobrás não vai sentar à mesa?!” Eu digo: “Não”. “Não vai chamar?” “A gente pode até sentar ele, com outros presidentes de empresa que estiverem aqui e tal”. Foi lá para a plateia, ficou lá! E não subiu,

não subiu! Eu disse: “Olha,... não... marcar o que vai ser esse negócio porque para o papel de uma agência reguladora, desde o primeiro momento, e nesse momento o mais simbólico é, para a Petrobrás é você estar sentado na plateia junto com os outros.” E foi para a plateia com os outros! Então...

S.L.- O senhor percebeu alguma... – é uma curiosidade minha, pessoal [risos] – ele chegou a... aquela história de... havia uma expectativa, não é?

D.Z.- Claro, com certeza! Havia uma expectativa. Havia uma expectativa. Agora, o Rennó foi muito elegante, não criou problema nenhum, pelo contrário. E... qualquer coisa que eu o procurasse, foi o primeiro a me cumprimentar e foi embora. Pegou uma imensa fila de cumprimentos.

S.L.- E havia presidentes de multinacionais já, ou representantes?

D.Z.- Ah, já tinha de tudo! De tudo, de tudo!

S.L.- Distribuidoras...?

D.Z.- Não... Lotaram! O auditório, eu não me lembro exatamente onde foi...

S.L.- Aqui no Rio.

D.Z.- Não, foi Brasília.

S.L.- Em Brasília. A posse foi em Brasília. Porque a sede formal da ANP é em Brasília, a sede administrativa Rio. Essa aí é como o BNDES...

S.L.- Petrobrás, Eletrobrás...

D.Z.- Petrobrás... Então o que se discute na realidade se ela foi aqui ou lá é a administração. É [o que conta] na realidade. Então a ANP começou de uma maneira muito auspiciosa. Primeiro:

o governo colaborou muito na questão da estruturação do quadro de pessoal. Bancou os recursos que estavam previstos em lei no orçamento, não me impôs um nome sequer, nem um procurador-geral, nada, nada... um procurador... – como é que chama? – é, procurador-geral. Não me impôs nomes. Enfim, eu ia mandando, tinha caso que ameaçava de mandar para a casa Civil, não houve objeção nenhuma, só não podia mandar nome de... pessoas condenadas e traficantes, essas coisas, que eles faziam aqueles [inaudível] normais que eles faziam. Agora, fora isso, eu nunca recebi – de deputados recebi aos montes! – Aliás, é uma coisa interessante de a agência ficar fora de Brasília é que o primeiro mês e meio que eu fiquei lá...

S.L.- É, o senhor ficou lá... janeiro, fevereiro...

D.Z.- Não, mas tem esse negócio [inaudível] tratado...

S.L.- O prédio era aqui, não é, mas um prédio...

D.Z.- Não, eu vou te contar a história. A história é complicada. Quando eu... não tinha sede, logo que me convidaram, a ANP não tinha sede, não tinha orçamento, não tinha pessoal. Tinha uma lei e meia-dúzia de gatos pingados: eu, o Ricardo...

S.L.- Os diretores...

D.Z.- Não, não tinha nem diretor quando começou...! Eu; Ricardo; um assessor do Ricardo: César Gonçalves, muito competente; o César Ramos, o meu chefe de gabinete que era delegado do... do MME aqui no Rio...

S.L.- Da onde? Do...

D.Z.- Do MME. Do Ministério de Minas e Energia. Que aliás, até houve a possibilidade de ter a ANP lá, um prédio caindo aos pedaços na 1º de março, nem... não dá nem para entrar. E mais, sei lá, uma ou duas pessoas de São Paulo que estavam na Secretaria comigo e sabiam, começaram a trabalhar comigo. Aí eu estava numa situação que eu não sabia onde ficar... não tinha nada, não tinha nada! Aí um dia em São Paulo, entrando num restaurante, tinha sido

conselheiro de um banco, tinha sido não, naquele momento ainda era conselheiro. Eu era conselheiro do Banco do Brasil não, passei a ser conselheiro do Banco do Brasil depois. Eu encontrei um diretor do Banco do Brasil, disse: “Olha aqui, fulano, eu preciso de um espaço limpo, me arruma um espaço lá”. Aí ele me ligou de tarde, disse assim: “Olha, 500 metros para você está bom?” Eu disse: “Para começar, está, não é?” No 12º andar que ficava ali na Senador Dantas. E aí eu disse: “‘Tá’ bom”. E aí eu disse: “Olha, preciso de móveis”. “Vai lá no almoxarifado, pega todo aquele material inservível, tudo lixo que o caixa de [Levy Gasparian] [risos] já não usava mais estava lá, entendeu? Tanto que uma vez eu recebi o [chessman] da British Petróleo, um irlandês gordo, enorme, ele sentou na cadeira, a cadeira abriu toda: “prá!” E caiu assim aquele irlandês de bochecha vermelha, caiu no chão. E aí ia de encontrar o Fernando Henrique à tarde, quem mais contou a história foi essa. Bem-humorado ele e tal, contou que a experiência [risos] a melhor das experiências, mais experiência que ele tinha tido até então foi o tombo que ele levou lá na Agência. Então começou assim: com móvel velho... uma linha de telefone eu tinha! Uma linha! Não era um PABX, eu tinha uma linha de telefone. E ele começou assim. Ah!, contratei secretárias... comecei a fazer entrevistas com as secretárias, meia-dúzia delas que fosse, na quinta-feira, e a Agência ia começar na segunda. Aí elas saíam assim, eu dizia assim: “Você assim...” “Quando é começa?” “Segunda-feira”.

R.L.- Não podia nem mandar se dirigir ao Departamento pessoal porque não tinha. [risos]

D.Z.- Não tinha, não tinha! Então foi assim que começou a Agência. Então nesse primeiro mês e meio de estruturação não tinha aonde sentar, não tinha nada. E eu fiquei em Brasília. E em Brasília é infernal porque os deputados, eles às vezes estão à toa, os líderes estão discutindo, não tem votação... eles não têm o que fazer, eles atravessam a rua e vão lá te visitar, vão pedir alguma coisa, vão entrando, metem a mão na porta e tal. É um desastre! Um horror! E a Agência no Rio foi muito bom, foi muito bom por causa disso. Um deputado tinha que telefonar, tinha que marcar para saber, não adiantava ele chegar lá porque às vezes eu não estava lá, falava “Volte depois. Volte amanhã”. E voltava, não é?

S.L.- E te encontrava, não é?

D.Z.- Me encontrava. Uma hora me encontrava. No Rio não, ele tinha que pegar uma passagem, saber se eu ia estar lá, marcar...

S.L.- Mas sendo um deputado do Rio... não era tão complicado assim.

D.Z.- É, mas de qualquer maneira, os do Rio eram os que menos davam trabalho. Era muito deputado do Nordeste fazendo questão do álcool. Era um inferno a questão do álcool! Isso é outra coisa que não precisava ficar na Agência. Mas, enfim, agora está com a [inaudível] Combustíveis também. Então a Agência no Rio teve essa vantagem. Aliviou muito a minha carga de receber deputados... vamos dizer, tinha todos os tipos de pedidos, dos mais espúrios até os mais legítimos. Eu começo pelos espúrios que eram a maior parte. E em geral ligados às distribuidoras. Nunca tive um deputado falando na área de *upstream*, nunca! Em compensação, distribuição... pô! Distribuidora de Petróleo, porque tem mais de 200 hoje, não é? Então eles adoravam falar bem de um distribuidor qualquer e tal... tudo desinteressadamente, é óbvio, não é? E então a Agência começou assim e foi crescendo. Foi crescendo, a gente fez um processo seletivo, não concurso, o que facilitou muito na época... a lei nos dava uma janela de contratação temporária.

S.L.- A que título? Essas pessoas seriam contratadas como...

D.Z.- Sempre pessoas técnicas. Todas, todas.

S.L.- Todas. O regime de trabalho...

D.Z.- Olha, eu tinha, sabe, uns diretores lá que eu indiquei e... um superintendente ou outro, mas todos eles com formação [inaudível], oriundos da universidade com formação de doutorado e tal, que não precisava...

S.L.- Eles teriam que deixar a docência?

D.Z.- Alguns deixaram, mas... tempo integral na Agência.

S.L.- Tempo integral, pois é.

D.Z.- Teriam de dar aula sábado, fora do horário e tal. Um dia de manhã, etc., enfim... Mas eram todas, pessoas que não estavam procurando emprego e sabiam que aquilo era transitório... Então, não tinha um amigo meu assim, em cargos menores ou coisa... no máximo um superintendente que era a pessoa que você conhecia que era com quem você lidava. Fora isso eu não conhecia ninguém, ninguém, ninguém... Passei a conhecer a superintendência da Fazenda, a gente analisava o currículo e... mas não contratei uma pessoa sequer...

S.L.- Eram faixas salariais atraentes?

D.Z.- Do nível médio sim.

S.L.- Do nível médio sim.

D.Z.- Do nível superior não. Agora um técnico do nível médio ganha o que ganha no mercado. É muito achatado.

S.L.- Naquela ocasião inicial talvez valesse mais a pena, vamos dizer assim?

D.Z.- Eu não sei te dizer. Olha, por exemplo, eu era o maior salário depois [inaudível] no serviço público junto com o Banco Central. Eu ganhava 8 mil reais. Para o tipo de trabalho é baixo. É baixo. Porque é uma demagogia que tem em relação ao serviço público, de achar que [tem] que ganhar pouco. É ridículo. Se ele é baixo tem que [inaudível] oportunidade. Você se aperta, não é? Então... eu sobrevivi um tempo melhor porque eu era consultor de um Comitê da União Europeia que me pagava muito bem. Eu ia duas ou três vezes por ano a Bruxelas, passava numa reunião, eles me pagavam bem... enfim. Foi o que me segurou também, por senão ia ser muito difícil ficar.

S.L.- Eu queria só aproveitar, o senhor está falando em superintendentes... Essa definição das superintendências...

D.Z.- Eu tenho que ver... [pausa na gravação] se depois vocês quiserem a gente marca até um pouquinho mais, se vocês quiserem continuar...

S.L.- Eu estava perguntando sobre a questão das superintendências, se a lei já previa que superintendências seriam? A lei, ela era...

D.Z.- Não, não, acho que não.

S.L.- E esse pro...

D.Z.- Não, a lei não, mas depois teve um decreto regulamentando, eu acho que... a lei por acaso...

S.L.- Nós até temos, viu?

D.Z.- Vê o Decreto 2.200 e alguma coisa, eu não me lembro, que faz a estrutura. Mas eu acho que é o decreto sim. Acho que é o decreto sim. A lei não, a lei é só princípios gerais, essas coisas...

S.L.- E essas superintendências elas estavam de alguma maneira... – isso é uma coisa que é muito original, pelo menos para mim, eu não conhecia – os diretores fazem rodízio...

D.Z.- Rodízio.

S.L.- E com a intenção de eles terem um conhecimento de...

D.Z.- Isso.

S.L.- ...causa completo, não é? E essas áreas na verdade, as superintendências é que estão alocadas a essas diretorias, não é?

S.Z.- Isso. Sendo que...

S.L.- Isso desde o início.

D.Z.- Desde o início, desde o início.

S.L.- São muitas superintendências?

D.Z.- São dezessete, se não me engano.

S.L.- Dezessete superintendências... ou seja, o senhor estava dizendo, dezessete, a gente checa essas superintendências no decreto. Então, tudo bem.

D.Z.- Hoje já fez modificação... o que é natural também. Porque primeiro que a gente fez aquilo sem ter experiência anterior, talvez a gente... eu mesmo mudei depois. Na parte nome superintendências... para ele ficar mais autoexplicativo até para o público externo. Eu separei a comercialização de gás de comercialização de óleos e derivados...

S.L.- É, porque isso é importante, nós estamos tentando montar uns organogramas, não é, para facilitar a visualização, não é?

D.Z.- Por exemplo, era o que eu estava falando. De cabeça assim eu lembro: o superintendente de Gás que era o [Cesário¹], era doutor. Está lá até hoje. É o único que resta. O [inaudível] que era da área de Óleo e Gás, era doutor. O [inaudível] que era da Definição de Blocos era doutor. O Rafael do Planejamento de Estudos Estratégicos era doutor. O Oswaldo Pedrosa e o [Trevisan²], um na área de Desenvolvimento de Produção e outro da área de Exploração, os dois doutores. Tinha uma área de dados que... não me lembro... enfim. Era um timaço, se vocês conseguirem recuperar da época os nomes das pessoas e a qualificação, eu acho que é uma característica que fez a Agência funcionar...

S.L.- Quer dizer, esse primeiro escalão foi recrutado na academia, pessoas com titulação...

¹ O mais próximo que se pôde ouvir.

² O mais próximo que se pôde ouvir.

D.Z.- Na academia... todas...

S.L.- ...doutores...

D.Z.- Doutores... Uns eram da academia, outros não. Por exemplo, o pessoal mais da área de Desenvolvimento de Produção... por exemplo: o João Pedrosa era doutor, foi ex-Petrobrás; o Trevisan era doutor pela [inaudível], é professor da Unicamp; o [inaudível] é ex-Petrobrás também, tem doutorado também; o Cesário, COPPE; o Rafael, COPPE... Então tem...

S.L.- Quer dizer, essa academia, ela está...

D.Z.- O Adriano Pires, superintendente, também é COPPE... Então era um time... o [inaudível], PUC...

S.L.- É. Então só assim para a gente definir melhor essa academia, não é, pelo que eu estou percebendo: COPPE, não é; PUC...

D.Z.- COPPE, PUC...

S.L.- PUC Rio, não é?...

D.Z.- PUC Rio.

S.L.- ...Unicamp, USP...

D.Z.- USP... USP era eu na época. Quer dizer, já não era mais, eu estava licenciado.

S.L.- [Risos] Fora o senhor... dá para em termos de texto... eu estou pensando assim mais na... E ex-funcionários graduados da Petrobrás...

D.Z.- Da Petrobrás, também titulados.

S.L.- Titulados. Perfeito.

D.Z.- Então era, não era nem uma aposta. Eu tinha certeza de que se tivesse que dar certo tinha que ser com gente desse tipo. Não dá para perder tempo ali, a gente não podia perder tempo com gente tentando entender. Então é aquilo que eu estava falando, você bota o cara para administrar, ele pode ser mais ou menos administrador sem formação – que eu acho que precisa, evidentemente – mas no caso ali, pelo tempo que a gente tinha, a gente precisava, era essencial o conhecimento. A administração era extremamente importante, mas não era condição assim última [pré-eleita]. E em geral foram bons administradores também. E depois o pessoal vai subindo, sempre que tem um cargo de administração, seja na faculdade, seja na empresa... então a coisa encaminhou bem... e enfim. E outra coisa que eu acho que é o grande ponto é uma convicção formal do governo de que aquilo é importante. O Lula quando assumiu, no mês seguinte, começou dizendo: “Eu não sei, fiquei sabendo da presidência da Eletricidade pelo jornal”. Se ele fica sabendo pelo jornal é porque não tem um assessor que tem contato, que vá lá na ANEEL e pergunta o que diz o contrato. Não é? Ah, tem um filho da mãe lá que... ah, e tem outra crítica que ficou muito batida, de que a ANP [e os outros] substituíam o governo na [inaudível] políticas. Isso é uma crítica recorrente que ficou meio batida... Primeiro, você pega a Lei do Petróleo, a 9478, a primeira parte dela é sobre as linhas gerais da política energética no Brasil. Você não tem talvez os específicos. O que seriam os específicos? Seriam o CNPE, Conselho Nacional de Política Energética, que nunca...

S.L.- Foi criado junto, não é?

D.Z.- Foi criado junto. ...que nunca se reuniu.

S.L.- Ah, não?!

D.Z.- Não! Foi se reunir dois anos depois. Para ver conselho estatuto, para criar os grupos de trabalho. Então, no período que eu estive lá, salvo engano, não teve uma única reunião do CNPE para tratar de qualquer coisa de política energética. Então eu não podia ficar lá sentado dizendo: “Olha, o CNPE não me disse”. Mas você pega lá que a lei tem, a lei tem aqui... a lei

tem... .. a lei fala da política energética... princípios e objetivos da política energética nacional. A minha bíblia era isso...

[FINAL DA FITA 1-B]

D.Z.- ...onze itens, e o CNP é que tinha que fazer.

S.L.- E a relação da...

D.Z.- E o CNP tinha que fazer...

S.L.- Pois é...

D.Z.- ...tinha que fazer, agora, não tinha CNPE...

S.L.- O CNPE que determinaria as linhas maiores...

D.Z.- Não é o CNPE. Quem determina é o presidente da República, através do CNPE. Não é nem através, o CNPE é um órgão consultivo, ele não é deliberativo. Inclusive, na minha opinião, desde o governo passado, deste governo, o CNPE solta resoluções que na minha opinião são absolutamente ilegais.

S.L.- Ele não estaria...

D.Z.- Não, ele não tem atribuição... ele, vinculado à presidência da República, presidido pelo ministro de Minas e Energia, com a atribuição de propor ao presidente políticas nacionais e medidas específicas destinadas a... e tal. Então, e nunca determinou, como eu... não tinha medidas específicas. Então eu tinha uma obrigação funcional de não me omitir. Então pegava as linhas gerais e ia partir para o específico, não é? Agora, em nenhum momento a gente contrariou nada que estivesse na lei. Tanto que nenhum ato da Agência foi contestado legalmente. Se a gente tivesse extrapolado... teria sido questionado. Não tivemos um ato sequer...

S.L.- Havia essas acusações, não é, de...

D.Z.- Ah, sim, sim! E gente do governo que não gostava...

S.L.- Do próprio governo?

D.Z.- É. Porque agora que o governo atual também questiona as agências. Que é perda de po... A agência é claramente perda de poder do Ministério. E a perda de poder do Ministério não é para perder poder do ministério, é para tirar a ingerência política em alguma coisa que você vai atravessar governos num contrato de 30 anos, 25, 30 anos, que precisa exatamente não ser objeto nem de pressão política. Esse é o conceito básico da Agência. Se você não fizer isso você não tem investidor. Você quer atrair o investidor? É ridículo o que esse governo está aplicando na infraestrutura porque não tem investidor! As PPPs não funcionam... nada funciona porque você tem um projeto de agência lá que inventaram, está há dois anos parado no Congresso. Desnecessariamente!

S.L.- Uma outra agência.

D.Z.- Não, outra agência não, modelo de agência...

S.L.- Ah, revendo... todas as agências.

D.Z.- Totalmente desnecessário esse projeto! Era para marcar posição. Mas totalmente desnecessário! Se você me perguntar algumas modificações que tem que ter, claro que tem que ter! Depois de 7, 8 anos, você faz uma avaliação e modifica. Você precisa de um período para operar. É natural, você tem duas dinâmicas: uma de erro que você descobre, de falhas do projeto; e outra da própria dinâmica da sociedade, da economia, do mercado que você trabalha... É natural! Agora vamos ver... num projeto, uma patetada lá, um projeto novo...

S.L.- Apresentado nesse governo.

D.Z.- Nesse governo. Está parado!

S.L.- Os deputados do PT?

D.Z.- Do governo.

S.L.- Ah, do Executivo! Ah, ‘tá’!

D.Z.- Do próprio governo. Está lá na Câmara. Sequer foi relatado! Então o que acontece? Se você é um investidor, você vai dizer assim: “Peraí, eu não sei qual é o grau de independência que essa Agência vai ter, vai assinar o contrato com quem?” Você não sabe! Está isso, está pendente até hoje. Oi! [Pausa na gravação] Nós temos um problema sério hoje! Sério porque nós temos agências reguladoras que estão, sub-júdice não, estão... sob suspeita ou dependentes de um projeto cair. Então eu acho, nós tivemos aí processos enormes.

S.L.- De alguma maneira é previsível, não é?

D.Z.- Previsível.

S.L.- De alguma maneira previsível.

D.Z.- Agora, você sabe... Eu vou contar uma história. Eu... – pouca gente conhece essa história, mas não tem problema nenhum porque ela tem testemunhas – eu tive uma conversa com o então candidato Lula, em torno de uns 15 dias do primeiro turno, num hotel na Bahia. Eu estava na Bahia, ele estava lá também, amigos comuns, eu já tinha conversado com o Palocci na época da... tem muitas... o Palocci me procurou, eu dei muitas sugestões sobre... ANP, veio me perguntar mais como funcionavam as coisas e tal... Não tinha nada de interesse partidário, eu queria que desse certo. E falei para ele, ele ainda queria que chamasse de Sr. Lula, eu disse: “Sr. Lula, é o seguinte, na atual concepção o Estado tem que ser forte, ‘tá’ certo? Eu também concordo, nada mais forte do que você tirar o Estado de um meio onde você tem corrupção, que é quando o Estado contrata para fazer, o Estado executa... eu vivi isso no governo de São Paulo... Agora, nada mais forte quando o Estado concede, fiscaliza e obriga alguém a fazer... essa é a melhor intervenção do Estado, obriga a fazer, fazer bem feito, atender bem feito, a um

custo adequado e dar acesso, universalizar o acesso”. Esse é o Estado forte! Ou seja, ao contrário do que vocês falam do Estado neoliberal... o Estado neoliberal eu deixo o mercado rolar à vontade, aqui não! É uma baita interferência do Estado sobre o mercado quando você diz assim, ó: “Eu quero concorrência, mas as regras para quem quiser entrar na concorrência são essas, essas e essas. Eu vou fiscalizar essas regras e vocês vão assinar um compromisso comigo. E se vocês não cumprirem eu cassar a sua concessão”. E eu falei isso, isso é um Estado forte! Eu disse: “Vocês não têm dinheiro... – na época eram 13 milhões – vocês não têm dinheiro para investir nada de infraestrutura”. O orçamento geral para o governo naquela época era de 14 bilhões de reais. Ainda a serem contingenciados. Eu disse: “Investe em hospital, investe em segurança, investe... – o Covas dizia isso – investe nas atividades indelegáveis do Estado”. Agora investir em construir barragem, isso não precisa ser papel do Estado! Porque o consumidor, ele olha, a Eletro não tem carimbo, se é privada ou estatal, você olha para cima você quer uma energia elétrica adequada, que esteja sempre à sua disposição, pagando um preço...

R.L.- Mais barata...

D.Z.- Não, a um preço adequado. Que remunere o investidor inclusive quando ele é estatal. Senão você não consegue, não é, você acaba subsidiando o rico, que é quem usa mais, não é? Então eu disse: “Olha, é tão óbvio!” E aí ele ficou, gostou da ideia e tal, tal. Espero que pelo menos se ele for eleito, alguma coisa... Imagina! Imagina! Parece que eu falei exatamente o contrário!

S.L.- Nesse momento, outubro de 2002, não é, em torno de setembro, o senhor estava deixando a... já tinha deixado há um ano, exatamente.

D.Z.- Já tinha deixado há um ano.

S.L.- Então como é que foi essa conjuntura da saída do senhor da direção, o que é que foi...?

D.Z.- Olha, em fevereiro de 2001, eu tive uma conversa com o Fernando Henrique, na época presidente, e disse para ele o seguinte: “Olha, eu estou com uma meta” – aliás, eu dei uma

entrevista sobre isso ao Jornal do Brasil, na minha saída, eu disse “Quero sair para ganhar dinheiro”. O que não é verdade! Eu ficar ali, eu não tenho outra fonte de receita que não aquilo. Depois participei de um Conselho ou outro, eu fui conselheiro do Banco do Brasil, que é o cargo mais arriscado que tem nesse país, ganhando mil reais por mês. [Risos] Sabe, você põe todos os teus bens, teu patrimônio lá na mão de alguém, ainda... todo dia acendo uma vela porque depois que você sai ainda tem cinco anos de [inaudível], não é? Então... o que é que acontece nessa história? Eu... eu disse: “Quero sair porque, primeiro: ... – isso era 2001 – ano que vem, 2002, é um ano eleitoral. Fica muito difícil sair num ano eleitoral. Não é? Se eu resolver sair no final do seu governo, eu vou contrariar uma regra da qual eu sou defensor ferrenho dizendo que não tem que ter coincidência de mandatos no governo. Ou seja, o que denota também independência da Agência é você atravessar governos independente de quem seja o presidente. Então se eu não sair até o final desse ano, eu estou numa armadilha porque eu não vou poder sair nem no ano que vem, nem vou poder sair até o final do seu governo. [Inaudível] teria completado o mandato do Sebastião que terminou agora no início desse ano. E eu não posso, eu não quero ficar mais tanto tempo, eu tenho certeza de que eu não quero ficar mais tempo! Quero sair para tentar ganhar dinheiro... Então o que eu quero fazer é o seguinte: eu quero fazer a próxima rodada de licitações... em junho, julho...

S.L.- Que era qual? Só para...

D.Z.- Ah, era a quarta, eu acho.

S.L.- Quarta.

D.Z.- É, porque era 99, 2000... Não, 99, 2000, 2001... não, terceira.

S.L.- Terceira.

D.Z.- “Eu quero fazer essa rodada, quero assinar os contratos de concessão em setembro e em outubro eu saio”. E foi o que aconteceu! Esse negócio... ah, porque era separação, não sei o que e tal. Não, eu defini a minha saída em setembro de 2001 e saí exatamente no *time* que eu queria. Eu disse: “Olha, vamos sair, eu quero sair, no final de setembro vou assinar uns

contratos, até o meio de outubro eu saio”. Saí exatamente no dia 15 de outubro. Combinei isso com o Pedro Parente na época por causa de transição, de como fazer... Foi isso que aconteceu.

S.L.- E ficou, em dois meses foi o Júlio Colombi que foi o teu diretor de Planejamento...

D.Z.- Ficou. Que era...

S.L.- ...de Planejamento.

D.L.- É, ele era diretor.

S.L.- É. um dos diretores, mas como não há um... vice-diretor, é um diretor determinado, que está ocupando aquela área...?

D.Z.- Não. O governo determina.

S.L.- Ah, foi uma determinação...

D.Z.- Não sei se legalmente ou não, mas não tinha previsão.

S.L.- É, isso não está... [risos] não está previsto.

D.Z.- Não tinha previsão, então ninguém contestou e nem cabia essa discussão.

S.L.- Foi uma indicação sua...?

D.Z.- Não, não, não!

S.L.- Foi do...

D.Z.- Não, é que ali...

S.L.- É porque é curioso isso, não é?

D.Z.- Não, eu sugeri o Júlio. Eu sugeri o Júlio porque, tinha o Toniati que ia terminar o mandato... o Horta... não me lembro porque o Horta tinha um impedimento também qualquer... Acho que os dois iam terminar o mandato em janeiro, a gente não sabia se já ia ter um novo diretor...

S.L.- Quer dizer, o teu critério foi aquele que ficaria mais tempo de alguma maneira?

D.Z.- É. O Elói tinha saído...

S.L.- É, o Horta entrou no lugar do Elói, não é isso?

D.Z.- Não, o Horta... o Elói não tinha saído não. O Elói saiu no ano seguinte para ser candidato. Eu não me lembro por quê... enfim. Eu era... sabe, eu escolhi o nome do Júlio. Então o Júlio ficou lá um tempo...

S.L.- Dois meses?

D.Z.- É. não dá para fazer nada. Nem...

S.L.- Mandato tampão, nem era essa intenção.

D.Z.- Não. E o Júlio, na minha opinião, também não seria o ideal para ficar lá como diretor-geral.

S.L.- E a indicação do [inaudível] foi uma coisa que também não teve nenhum tipo de... intervenção.

D.Z.- Da minha parte não. Não. Eu conhecia o [inaudível] há muito tempo já, fiz elogios à indicação dele, eu conheço, é uma pessoa de... gabaritada... sabe, conceituada, bem reputada... eu achei uma indicação muito boa. ... Vamos lá? Desculpe...

S.L.- 'Tá'. Vamos liberar você...

[FINAL DO DEPOIMENTO]